

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PORTO

Ao décimo segundo dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas 10 horas, reuniu na Sala de Sessões no Edifício dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Segurança do Porto, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP – Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira cumprimentou os Senhores Conselheiros e todos os presentes.

Deu início ao CMS – Conselho Municipal de Segurança com a votação do primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos.

1. Votação da ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança realizada em 4 de setembro de 2023.

Aprovada, por unanimidade.

2. Ponto da situação do processo de videovigilância no Porto.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, sendo a videovigilância um instrumento incontornável de prevenção e repressão criminais, ele garante um equilíbrio sério entre a necessidade pública e a privacidade.

Referiu que, após um ano de instalação da 1.ª fase, o sistema de videovigilância permitiu preservar imagens relacionadas com 910 processos-crimes, 592 dos quais já durante este ano. Considerou que este é um número bastante relevante, pois demonstra que, de facto, a videovigilância funcionou e, portanto, revelou-se vantajosa no acionamento de meios e gestão de ocorrências policiais, no apoio à tomada de decisões e direcionamento de eventos de massa, mas também na recolha de prova para efeitos ilícitos criminais e subsequente investigação.

Afirmou que, neste momento, existem 79 câmaras que abrangem artérias e espaços públicos na Baixa da Cidade. Deu nota de que a sala onde funciona o sistema de videovigilância está localizada no CGI – Centro de Gestão Integrada, no Quartel de Sapadores Bombeiros, e foi inteiramente custeada pela CMP, tal como as câmaras. Acrescentou que quem opera o sistema são as autoridades policiais que têm competência nessa matéria.

Sublinhou que, no final de 2023, a CMP aprovou investir 1,9 milhões de euros + IVA para a aquisição e manutenção de mais 117 câmaras de videovigilância, que serão instaladas na zona ocidental e oriental da Cidade. Explicou que a zona 2 cobre a Pasteleira, a Universidade Católica, a Avenida Marechal Gomes da Costa e Serralves; a zona 3 cobre o Polo Universitário da Asprela; e a zona 4 cobre a zona entre o Dragão e o Terminal Rodoviário e Ferroviário.

Deu nota de que a localização das câmaras de videovigilância não é uma competência do Município, é a PSP – Polícia de Segurança Pública quem define, mediante a análise da criminalidade, quais os locais onde o sistema deve ser instalado.

Afirmou que a participação da CMP é exclusivamente na aquisição, instalação e manutenção do sistema de videovigilância.

Informou que já se comprometeram a solicitar à PSP uma pronúncia sobre a necessidade de instalação de videovigilância na zona de Ramalde, bem como o alargamento da 1.ª fase a outras artérias e estão a referir-se em concreto à zona da Rua Chã e da Rua do Loureiro.

Em relação ao segundo modelo, disse que a Câmara fez um investimento de 1,9 milhões euros e a adjudicação do contrato está, neste momento, suspenso por decisão do Tribunal de Contas, porque falta o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Deu nota de que reuniu, no dia anterior, com a Senhora Ministra da Administração Interna e solicitou todo o apoio nesta matéria, porque a mesma não depende da Câmara. Esclareceu que a instrução do processo é feito pela PSP e precisam que o assunto seja resolvido, porque já têm a contratação feita; as câmaras foram identificadas de acordo com as necessidades da PSP; têm o CGI preparado; têm dinheiro e não gostariam que o processo demorasse muito tempo, pois correm o risco de o concurso ser anulado. Sublinhou que sobre esta matéria fizeram tudo o que podiam fazer.

Realçou que outras cidades têm vindo a implementar o sistema de videovigilância e o mesmo tem funcionado muito bem. Acrescentou que o sistema de videovigilância é um instrumento de auxílio para as forças policiais, mas não substitui a presença policial; é um instrumento útil, que capacita as forças policiais que têm poucos recursos humanos, mas é apenas uma ferramenta.

Disse que a instalação desta ferramenta não foi completamente pacífica, pois houve forças políticas que entendiam que a mesma não era adequada. Afirmou que, atualmente, todos estão sujeitos a ver a sua privacidade invadida, pois existe videovigilância nos centros comerciais, nas lojas, nos bancos e não consegue compreender como é que o espaço público, que é de todos, não deve ter videovigilância.

Disse que vivem numa sociedade suficientemente madura, em termos democráticos, para saberem que a PSP e a PJ são as únicas que têm acesso às câmaras e não estão interessadas naqueles que são os comportamentos sociais ou privados, estão interessadas em ter um instrumento de prevenção que é extremamente importante.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Mayan Gonçalves pediu um enquadramento mais detalhado sobre as zonas abrangidas pela expansão do sistema de videovigilância.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a definição é da responsabilidade da PSP, mas a Câmara interage com a PSP.

Referiu que existe uma zona onde tem havido uma preocupação crescente dos munícipes, relativamente a assaltos, roubos de automóveis, entre outros, que é toda a área entre o muro de

Serralves e a Padaria Ribeiro; toda essa mancha que depois vai até à Avenida Marechal Gomes da Costa é a zona prevista.

O Senhor Comandante da PM – Polícia Municipal do Porto, António Leitão da Silva

disse que o mapa aponta para a área entre o Largo António Calém e Serralves e todo o miolo que isso envolve; todo o interior da Diogo Botelho, os Pinhais da Foz, a zona da Padaria Ribeiro, o Liceu Francês e a zona do Museu de Arte Contemporânea, incluindo os bairros da zona.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que é importante que estas manchas sejam contíguas. Referiu que a ideia de criar videovigilância em pequenas manchas não é interessante, porque quando é detetado um crime, por exemplo, é importante que a PSP possa imediatamente perceber por onde é que o criminoso pode ser perseguido.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz agradeceu ao Executivo Municipal o empenho na segurança das populações e o investimento financeiro que foi feito para disponibilizar as câmaras de videovigilância que se encontram na União de Freguesias da qual é Presidente. Disse que as preocupações dos moradores foram ouvidas pelo Senhor Presidente da CMP.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que não precisa de agradecer, pois o dinheiro não é da Câmara, mas de todos os cidadãos.

Sublinhou que a CMP tem-se empenhado, nos últimos anos, numa aliança com a PSP e com o Ministério da Administração Interna, em suprir aquelas que são as carências de meios sem, no entanto, substituírem-se às suas competências, o que os tem tornado em vítimas desta situação, pois como investiram nesta questão os cidadãos começam a pensar que a competência é da Câmara, mas constitucionalmente não é e não deve ser. Deu nota de que já forneceram desde veículos policiais a um conjunto de outros equipamentos, mas ao envolverem-se nesta matéria o que acontece é que a população pensa que é a Câmara quem tem de resolver os problemas, mas existem limites para a capacidade de intervenção da Câmara.

O Senhor Presidente da Associação de Comerciantes do Porto, Rubens Carvalho deu os parabéns à CMP pela sua participação ativa na segurança na Cidade.

Considerou que a videovigilância tem um papel preponderante quer a montante quer a jusante: a montante como elemento dissuasor e a jusante na participação das investigações criminais que vão sendo necessárias.

Afirmou que, do ponto de vista do comércio, a expansão do sistema de videovigilância é necessária e a participação da Câmara para identificar os locais é fundamental.

A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Delfina Antunes disse que autopercepção de maior segurança na Cidade é promotora da saúde mental e todos sabem que os problemas de saúde mental estão em crescimento. Agradeceu a iniciativa.

Foi dado conhecimento.

3. Ponto da situação dos Recursos Humanos da Polícia Municipal do Porto e da Polícia de Segurança Pública no Porto.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, em relação à PM, que existem, neste momento, 6 oficiais, 15 chefes e 189 agentes; se não houver um ingresso de novos elementos corre-se o risco de este número diminuir. Referiu que houve um despacho de 2024, assinado pelo Senhor Ministro José Luís Carneiro, que determinava a entrada de mais 100 agentes para a PM, aproximando-se assim do número que consideram o limite adequado, que são os 300 agentes; com base nisto, a CMP fez aquilo que lhe competia, ou seja, assumiram os custos inerentes ao ingresso de mais 100 agentes e começaram a tratar da aquisição de mais viaturas policiais, de mais fardamento, de proteção individual e do alargamento do Mapa de Pessoal. Acrescentou que estão também a tratar das instalações e estão na fase de conclusão do projeto das novas instalações da PM em Francos, estruturada para acolher 400 trabalhadores.

Afirmou que na reunião, no dia anterior, com a Senhora Ministra da Administração Interna e com o Senhor Secretário de Estado, foi solicitado que o contingente que está prometido seja disponibilizado o mais rápido possível, pois precisam de reforçar as competências da PM, mas para tal precisam de ter um determinado número de efetivos. Referiu que já tiveram quase 230 efetivos na PM, mas atualmente têm apenas 179, o que significa uma quebra muito significativa. Sublinhou que esta quebra é agravada pelo enorme peso de obras que exigem um esforço redobrado à PM, porque a PM do Porto e de Lisboa têm, desde 2017, competências na área do trânsito que anteriormente não tinham, portanto, a PM libertou a PSP de determinadas funções, nomeadamente de trânsito, permitindo que os efetivos da PSP se dediquem à proteção e segurança dos cidadãos. Referiu que se a PM começa a ter mais competências e menos recursos e não consegue cabalmente desempenhar as suas tarefas, sendo que uma delas é a visibilidade. Sublinhou que a visibilidade das forças policiais é muito importante para a perceção de segurança, pois não existe nenhuma máquina de videovigilância que substitua, para o cidadão comum, a sensação de que viu a polícia.

Afirmou que existe um problema complicado ao nível da formação dos agentes da PSP.

Disse que os agentes da PM do Porto e de Lisboa são provenientes da PSP, portanto, existindo uma enorme carência de agentes da PSP no País isso reflete-se também nas polícias municipais. Esclareceu que a Câmara tem recursos para contratar mais agentes, contudo não é livre para o fazer. Sublinhou que o estatuto das polícias municipais do Porto e de Lisboa é diferente das outras

polícias municipais, pois os agentes da PM de Gaia ou de Matosinhos, por exemplo, não são agentes da PSP.

O Senhor Comandante da PM, António Leitão da Silva corroborou as palavras do Senhor Presidente da CMP.

Disse que, de facto, tem havido um investimento significativo nos últimos anos em termos de equipamentos e de visibilidade policial não só ao nível dos carros patrulha, mas também ao nível de equipamentos de proteção individual e de grande visibilidade para os elementos da polícia. Referiu que um dos paradigmas mais importantes para a implementação do sentimento de segurança é, de facto, a visibilidade efetiva policial nas ruas. Acrescentou que a PM tem tido maior visibilidade fruto das obras que estão a decorrer na Cidade.

Afirmou que a PM precisa de recursos humanos e se a promessa política que foi feita, de mais 300 polícias, 200 para Lisboa e 100 para o Porto, for cumprida estarão mais confortáveis nos próximos tempos.

Referiu-se ao nível etário da polícia, dizendo que existe um número considerável de agentes com idade superior 50 anos e a disponibilidade física destes agentes não é a mesma daquela que tinham quando entraram na escola de polícia. Sublinhou que existe uma escassez de recursos humanos que está a ser devidamente equacionada.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira saudou o acordo realizado entre o Governo e as organizações que representam os agentes da PSP, pois a melhoria das suas condições de trabalho tem um efeito mobilizador junto daqueles que estão no terreno, mas tem, sobretudo, um efeito muito importante que é o de tornar a profissão mais atraente, permitindo que exista um maior número de polícias a curto prazo.

O Senhor Presidente da Associação de Comerciantes do Porto, Rubens Carvalho perguntou quantos efetivos é que estão previstos para a PM do Porto e para quando está prevista a abertura desse concurso.

Afirmou que a presença da PM é importante como elemento dissuasor.

O Senhor Comandante da PM, António Leitão da Silva disse que antes de 2025 não haverá alterações.

Explicou que a PM também faz segurança pública quanto mais não seja pela sua visibilidade e pela intervenção policial que faz todos os dias. Referiu que as competências da PM estão balizadas pela Lei n.º 19/2004, mas a presença policial na rua traduz-se em exercício efetivo de segurança pública.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Mayan Gonçalves disse que a PM do Porto recruta os seus agentes dentro da PSP, ou

seja, existe um aspeto concorrencial destas duas forças e gostava de perceber como é que o mesmo é gerido.

Perguntou qual é o prazo de instalação do novo quartel e o que acontecerá ao atual.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que não terão o novo quartel antes de setembro de 2025. Referiu que estão a falar de um edifício que foi usado para manutenção de veículos da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto e que, neste momento, não está a ser usado, portanto, não é preciso construir de novo, é apenas necessário adequar o edifício a novas funções.

Respondeu que não sabe o que vai acontecer às instalações atuais da PM, pois o seu Mandato termina antes.

Realçou que este edifício está classificado no PDM – Plano Diretor Municipal como equipamento e, portanto, quer acreditar que no futuro será utilizado como equipamento.

A Senhora Vereadora do Pelouro da Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e Desporto e Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos e Proteção Civil, Catarina Araújo disse que, neste momento, ainda é prematuro fornecer qualquer outra informação.

O Senhor Comandante da PM, António Leitão da Silva disse que o Porto foi o primeiro concelho a assinar um contrato interadministrativo com a Direção Nacional da PSP e considera que o Porto é um exemplo de cooperação, porque existe, dentro da baliza das competências, uma complementaridade diária entre necessidades operacionais da PM que recorre diariamente à PSP para determinadas situações; a PM também colabora com a PSP em muitas situações, deu o exemplo das visitas de Estado.

Em relação ao Comando de Francos, disse que a data prevista é setembro, porque não se trata de uma construção de raiz, pois a opção de arquitetura para o local foi uma opção modular, amiga do ambiente e se a contratação correr bem é de rápida execução.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que o importante é que vão ficar com as instalações em Francos, o que é também uma vantagem para a STCP, porque é um espaço que não está a ser aproveitado e vai permitir partilhar questões como as portarias. Referiu que o local está muito bem localizado e tem capacidade para albergar toda a PM. Relembrou que a CMP detém cerca de 54% da STCP, portanto, há uma vantagem de sinergia muito assinalável.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz perguntou se o Silo Auto vai deixar de ser parque de estacionamento para viaturas rebocadas e se tudo isso vai ser centralizado em Francos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que atualmente têm serviços administrativos da PM no Silo Auto e quer que estes sejam retirados do local. Sublinhou que têm um pensamento estratégico para o Silo Auto e acreditam que este pode ter uma maior e melhor utilização e que não deve ser o ponto de localização das viaturas rebocadas.

Afirmou que o Senhor Ministro das Infraestruturas abordou a questão da logística urbana e o Silo Auto é um dos espaços que pode ser muito útil nesse aspeto. Explicou que um dos problemas atual nas cidades é o aumento exponencial de veículos de entregas que fazem o serviço de apoio aos restaurantes e dos veículos que fazem a entrega de encomendas feitas *online*. Sublinhou que esta nova logística nas cidades está a provocar enormes entropias e constrangimentos de trânsito e ambientais. Na sua opinião, as cidades vão ter de evoluir para novas formas de logística, nomeadamente através de veículos mais pequenos e elétricos, mas também é necessário haver espaços de estocagem de produtos. Disse que em certas cidades já não se fazem entregas de encomendas em casa, as pessoas têm de se deslocar a um determinado local para levantar a sua encomenda. Referiu que o Silo Auto é um equipamento municipal e pode ser usado para armazenamento de produtos.

Em relação ao recursos da PSP, disse que está matéria não é da responsabilidade da Câmara, mas é uma questão que os preocupa, porque a sua sensação é que a PSP não tem os recursos humanos e técnicos necessários para cobrir as necessidades que estão sempre em variação. Realçou que esta matéria foi abordada com a Senhora Ministra. Assinalou que existem, na Cidade do Porto, fenómenos de insegurança e há fenómenos de perceção de insegurança que os alertam para a necessidade de tomarem medidas para não se regressar às situações que ocorreram no passado. Sublinhou que atualmente a pressão na Cidade é de natureza diferente. Disse que a utilização da Cidade é diferente, é feita em horários diferentes e com atividades diferentes e, portanto, precisam de agentes da PSP.

Deu nota de que abordou a questão dos guardas-noturnos com a Senhora Ministra. Disse que, em 2013, propôs a recriação da figura do guarda-noturno que era uma velha tradição da Cidade do Porto; há cerca de 60 anos havia uma profusão de guardas-noturnos que complementavam a visibilidade das forças policiais. Disse que o problema é que, de acordo com a Lei, os municípios apenas podem pagar a formação e o fardamento dos guardas-noturnos, não podem atribuir um subsídio de função, assim os guardas-noturnos têm de gerir a sua atividade em função dos donativos voluntários dos cidadãos. Referiu que esta situação coloca um problema de classes, pois é mais fácil para uma pessoa com mais possibilidades pagar a um guarda-noturno do que para uma pessoa com menos possibilidades e isto torna a vida do guarda-noturno numa insegurança permanente. Deu nota de que reuniu com a Associação de Guardas-Noturnos, que é uma associação que funciona muito bem com pessoas extremamente empenhadas. Sublinhou que abriram concurso para 11 guardas-noturnos, concorreram 7 pessoas e ficou apenas um candidato. Explicou que o guarda-noturno tem fardamento, pode usar arma e gás, tem meios de comunicação com as autoridades policiais, mas é uma profissão que ninguém quer. Sublinhou que propuseram à Senhora Ministra que passasse para a competência das autarquias a atribuição

de um subsídio de função aos guardas-noturnos que garantisse o mínimo para que estes não ficassem dependentes da vontade dos cidadãos. Considerou que isto seria perfeitamente razoável no âmbito da descentralização de competências.

A Comandante Metropolitana da PSP do Porto, Maria dos Anjos Pereira salientou a colaboração positiva entre a PM, a CMP e a PSP.

Disse que tem os efetivos policiais que lhe são disponibilizados e o seu dever é tentar rentabilizá-los o mais possível, tendo em conta as dinâmicas que estão a acontecer no momento. Referiu que a área de jurisdição da PSP do Comando Metropolitano do Porto é muito vasta, não é apenas o Porto, inclui a Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso, Maia, Valongo, Gondomar, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. Sublinhou que para todas as valências, tanto de investigação criminal, ordem pública, serviços e trânsito, ou seja, tudo aquilo que compete à PSP nas suas responsabilidades, existe um efetivo atual de 2882 polícias, que será reforçado, na próxima semana, com mais de 50 polícias. Sublinhou que vão disponibilizar à PM, no âmbito de acordos firmados, 17 polícias.

Explicou que no efetivo do Porto existe um destacamento da unidade especial de Polícia, que tem a componente de ordem pública, segurança pessoal, equipas de cinotécnica e equipas de inativação de engenhos explosivos, só não existem equipas de operações especiais. Salientou que as equipas existentes dão apoio aos comandos da zona Norte sempre que eles têm necessidades específicas no âmbito destas componentes.

Afirmou que tenta fazer a melhor gestão possível dentro das atribuições que lhes são feitas. Acrescentou que, desde outubro de 2023, assumiram novas responsabilidades em termos de controlo de fronteiras. Deu nota de que, neste contexto, têm, no Comando do Porto, o Centro de Instalação Temporária de Estrangeiros que não são admitidos em território nacional e que têm os processos a decorrer na AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo. Afirmou que é com o atual efetivo que tem de corresponder a todas as dinâmicas da Cidade.

Disse que a videovigilância está a tornar-se uma ferramenta muito útil, que tem ajudado imenso em situações de flagrante delito e de investigação criminal. Considerou que a expansão da videovigilância vai ajudar o trabalho da PSP.

Na sua opinião, não perderam efetivos para a PM, porque a colaboração entre a PM e a PSP é estreita e diária.

O Senhor Presidente da Associação de Comerciantes do Porto, Rubens Carvalho perguntou se os 2882 efetivos estão todos ao serviço.

Considerou positiva a dinâmica que existe entre a PM e a PSP.

A Comandante Metropolitana da PSP do Porto, Maria dos Anjos Pereira disse que existem situações de baixa médica e existe efetivo com algumas restrições temporárias em termos de disponibilidade física.

Salientou que a média de idades do efetivo do Comando do Porto da PSP situa-se entre os 45 e os 48 anos.

Deu nota de que existe um quadro de pessoal com funções não policiais e também neste campo precisam de mais pessoal.

O Senhor Presidente da Associação de Comerciantes do Porto, Rubens Carvalho perguntou qual o número de efetivos que não estão ao serviço.

A Comandante Metropolitana da PSP do Porto, Maria dos Anjos Pereira respondeu que não tem uma percentagem que possa fornecer, porque a situação é dinâmica. Realçou que o problema de génese é a falta de atratividade das forças policiais que existe neste momento.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, na sua opinião, seria interessante que a Escola de Polícia não estivesse apenas concentrada em Torres Novas e deu nota disso à Senhora Ministra na reunião do dia anterior. Referiu que muitos dos candidatos que querem ingressar nesta profissão são provenientes do Norte do País e a deslocalização para Torres Novas é um ponto negativo. Sublinhou que o centro de formação não tinha necessariamente de ser no Porto, podia ser na zona Norte, em Braga ou Famalicão por exemplo.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz agradeceu a todos os agentes o seu trabalho. Disse que gostava de ter mais agentes na rua e mais fiscalização às pessoas que circulam armadas. Em relação aos guardas-noturnos, afirmou que a sua Junta de Freguesia tem todo o interesse em colaborar com o Município e agradeceu ao Senhor Presidente da CMP toda a articulação nesse sentido.

O Senhor Presidente da Associação Empresarial de Portugal, Gonçalo Medeiros disse que têm alguns problemas graves e correm atrás do prejuízo, o que na sua opinião deve ser invertido. Referiu que têm um número de efetivos, entre as duas forças policiais, de cerca de 3000 efetivos para uma área metropolitana na ordem de 1 milhão e 800 mil pessoas, o que resulta em 1 efetivo para 600 pessoas, o que é manifestamente insuficiente. Afirmou que é preciso criar mais condições para terem mais polícias na rua e a proximidade é feita com agentes na rua. Deu nota de que já solicitaram a atenção da Senhora Ministra para esta problemática. Considerou que a videovigilância é positiva e apoiam a 100%, sublinhando que querem mais videovigilância.

Mostrou-se preocupado com o facto de atualmente as pessoas circularem armadas na rua. Considerou que o facto de se pagar mais 100 ou 200 euros não será motivação suficiente para as pessoas ingressarem nos quadros da Polícia. Disse que existe falta de respeito pela autoridade e é necessário repô-lo.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, João Aguiar agradeceu à PSP, à 3.ª Esquadra e ao Comandante da 1.ª Divisão pela intervenção e ajuda que prestaram no recente episódio que ocorreu no Bonfim. Agradeceu igualmente à PM pela sua ajuda.

Concordou com o aumento do policiamento. Afirmou que com a abertura da Cidade ao Mundo precisam de reforçar a presença da polícia.

Associou-se à ideia de terem guardas-noturnos, pois considera que será mais uma força viva a atuar na segurança. Mostrou a sua disponibilidade para colaborar nesta matéria.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz perguntou se vão sair 200 agentes da PSP para a reforma.

Disse que, depois da formação, os agentes têm de permanecer em Lisboa ao serviço durante 10 anos até regressarem às suas casas.

O Senhor Presidente da Associação Empresarial de Portugal, Gonçalo Medeiros disse que se referiu a um rácio de 1 agente para 600 pessoas residentes, mas não se podem esquecer que, por exemplo, no ano passado, a Cidade do Porto recebeu 6 milhões de pessoas ao longo do ano, ou seja, o rácio dilui-se completamente na situação.

Afirmou que é cada vez mais importante terem um potencial de crescimento ao nível turístico, mas é preciso ter consciência de que a situação policial é insuficiente.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira lembrou que, durante a pandemia, a PM esteve na dependência operacional da PSP, por decisão da Câmara, ou seja, existem circunstâncias em que esta situação ocorre.

Disse que, no âmbito da requalificação do matadouro de Campanhã, estão a construir uma esquadra inteiramente de raiz dotada de elevadas condições de trabalho e atendimento no seu interior. Deu nota de que o edifício está praticamente concluído e estão a definir se será a CMP a fazer os acabamentos e depois cobrar renda à PSP ou se deverá ser a PSP a fazer as obras.

Lembrou que quando chegou à Cidade, em 2013, um dos dramas era o encerramento da Esquadra de Cedofeita e atualmente a Esquadra funciona muito bem no edifício fronteiro ao Liceu. Realçou que tem havido um esforço contínuo quer do Município quer das juntas de freguesia no sentido de trabalharem as suas capacidades.

Afirmou que estão preocupados com a segurança na Cidade, porque analisaram os dados do RASI – Relatório Anual de Segurança Interna de 2023 e verificaram que, no Distrito do Porto, em

comparação com 2022, a criminalidade geral aumentou 8,4% e a criminalidade violenta aumentou 4,4%, ou seja, há razões objetivas para dizerem que existe de facto um problema de aumento da insegurança na Cidade. Sublinhou que existe uma criminalidade escondida, ou seja, a criminalidade que não é denunciada. Acrescentou que, de acordo com o RASI, o sentimento de insegurança corresponde de facto a um agravamento das condições de segurança na Cidade e isto deve fazê-los refletir.

Deu nota de que pediram insistentemente à Senhora Ministra para reverter a decisão do anterior Ministro, da Secretária de Estado e da Direção Nacional da PSP relativamente a existir temporariamente policiamento remunerado na zona da Movida. Disse que os comerciantes da zona estão disponíveis para pagar.

Referiu que têm conhecimento de que na zona da Movida existem fenómenos de insegurança que não se resolvem com unidades móveis.

Afirmou que o Município do Porto não aceita que não seja possível haver policiamento gratificado na zona da Movida quando sabem que existe policiamento gratificado no espaço público.

Disse que não é compreensível que estejam permanentemente a fiscalizar as normas de funcionamento dos estabelecimentos; a verificar se as condições de segurança são adequadas; a dizer-lhes que têm de ter vigilância dentro das instalações e que têm de ser certificadas; e que depois o que se passa na via pública não possa ser obviado através de policiamento gratificado. Considerou que o policiamento gratificado iria ajudar a atenuar o que se passa na zona da Movida.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz perguntou se a parte não operacional da PSP são agentes.

Disse que tem queixas de pessoas que foram espancadas por um grupo dominante na zona da Movida e precisam de resolver este problema. Afirmou que seria interessante refletir sobre a questão do policiamento remunerado.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que se chamassem à Movida um evento já seria possível contratar policiamento gratificado, mas a Movida não é um evento, ou seja, a Movida é uma zona da Cidade que está devidamente identificada, que tem um regulamento que tem vindo a ser aperfeiçoado, que tem um gabinete de apoio por parte da Câmara, tem um grande envolvimento em várias áreas de atuação e, portanto, não vão desistir nesta matéria.

O Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, Luís Assunção disse que Ramalde também tem aparecido na Comunicação Social infelizmente pelos piores motivos.

Referiu-se a uma notícia que menciona que, nos primeiros cinco meses do ano, houve um aumento de 44% da criminalidade em relação ao período homólogo na Freguesia de Ramalde. Afirmou que o pequeno furto e o assalto a estabelecimentos tem sido diário na Freguesia, mas gostava de confirmar a veracidade do valor referido.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que desconhece a origem desse número. Acrescentou que apenas conhece o RASI e desconhece números deste ano.

A Comandante Metropolitana da PSP do Porto, Maria dos Anjos Pereira disse que vão receber um reforço de efetivos este mês.

Respondeu que desconhece o número referido em relação às saídas de efetivos em situação de pré-aposentação.

Confirmou que, de facto, as pessoas depois de sair do centro de formação de polícia têm de permanecer uns anos em Lisboa.

Afirmou que a realidade social que se vive atualmente é completamente diferente da realidade que se vivia em 1998 quando chegou ao Porto e a Polícia tem de acompanhar as dinâmicas sociais. Referiu que se verificou depois da pandemia uma alteração em termos comportamentais. Em relação a Ramalde, disse que desconhece o número referido, mas confirma que houve de facto um aumento do furto em áreas anexas a residências e a PSP está a acompanhar o fenómeno.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, em defesa do papel que a PSP e a PJ têm nesta matéria, que a prova do crime de recetação é uma prova extraordinariamente difícil de fazer.

Alertou os cidadãos que muitas vezes referem essa matéria que é muito difícil comprovar esse crime. Explicou que a recetação implica que a pessoa que adquire um determinado bem a terceiro, tenha conhecimento específico de que isso foi furtado ou roubado, o que é muito difícil de comprovar.

Disse que há direitos, liberdades e garantias e há a necessidade de fazer prova, que não é fácil.

O Senhor Presidente da Associação de Comerciantes, Rubens Carvalho agradeceu os esclarecimentos fornecidos pelo Senhor Comandante.

Disse que o papel da Associação dos Comerciantes não é colocar em causa o trabalho digno e competente que tem sido feito pela PSP – Polícia de Segurança Pública.

Referiu que este relatório produzido e emanado por parte da Administração Interna vem provar que, pelo menos, os últimos dois anos se tem verificado um crescimento efetivo e, a par disso, muitas pessoas desacreditaram totalmente na justiça, o que faz com que nem apresentem queixa pela morosidade dos processos porque o desfecho não é o pretendido e porque, na maior parte das vezes, é contra desconhecidos e acaba por não ter qualquer seguimento.

Disse que as queixas que são apresentadas, por parte dos comerciantes, de qualquer cidadão e até por turistas acabam por mascarar os números reais.

Comentou que a Associação de Comerciantes do Porto sempre esteve disponível na solução, desde logo no início dos guardas noturnos; a resposta que sempre ouviam da tutela era que não

se podia fazer a título associativo ou individual caso contrário seria considerada uma produção de um grupo armado de pessoas.

Relativamente aos gratificados, afirmou que esta deve ser uma situação que tem de ser temporária pois esta é uma resposta que tem de vir da tutela. Considerou que se o território assim o exige, todas as comunicações devem chegar com o sentido de que os efetivos são necessários.

Comentou que percebem que o corpo da polícia é um corpo envelhecido e é uma profissão que desgasta rapidamente. Referiu que a situação das reformas deveria ser diferenciada pois a falta de condições afasta, faz com que não seja uma profissão atrativa.

Considerou que se deve fazer uma campanha de sensibilização junto de todo o comércio; são importantes as participações na polícia para corresponder à realidade daquilo que tem acontecido.

O Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Mayan destacou a questão das estatísticas escondidas e enquanto presidente de junta percebe que há cada vez mais fricção na vontade das pessoas em reportarem crimes que realmente ocorrem como o crime contra a propriedade.

Questionou se podem arranjar outros métodos indiciários para perceber o que está a acontecer no território.

Relativamente aos guardas noturnos, comentou que é um aspeto muito importante, tendo agradecido a luta que o Senhor Presidente está a ter sobre essa matéria de clarificar e flexibilizar mais o estatuto e o regime.

Lançou o desafio para que as autarquias se envolvem em contribuições para que as soluções surjam pois parece-lhe uma ferramenta muito importante e para permitir que outros *stakeholders* possam ter um papel.

Disse que a perceção de segurança também está suportada em outras questões relacionadas com o espaço público, a iluminação, ordenamento e limpeza do espaço público.

Destacou o trabalho que tem sido feito pelo Município nessa matéria.

Mencionou que há um candeeiro no Bairro da Fonte da Moura que é constantemente vandalizado e não permite gerar uma zona de luz.

Afirmou que enquanto presidente da União de Freguesias está continuamente a reportar aos serviços municipais este problema, que estão continuamente a substituir e repor a iluminação no candeeiro em questão mas a situação repete-se.

Destacou a limpeza do espaço público porque é necessário ter consciência de que aspetos como acampamentos que vão surgindo na Cidade têm de ter uma resposta rápida. Reconheceu o papel do Município nessa matéria.

Foi dado conhecimento.

4. Outros Assuntos

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, sobre a questão da limpeza, que têm um projeto chamado “Porto Cidade sem Droga”. Comentou em, em 2023, foram feitas 5.646 intervenções e foram retirados 152 toneladas de produtos que diretamente ou indiretamente estão associados ao tráfico ou consumo de droga.

Referiu que esta é uma situação muito preocupante e, como o Senhor Presidente da Junta disse, aquilo que sabem é que há um vandalismo que chega a ser destruição de equipamentos que estão no espaço público por razões objetivas de facilitação do tráfico.

Considerou que neste tipo de situações a moldura penal teria que ser alterada porque a condenação para isso é algo irrisório.

A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Delfina Antunes

informou que está no seu fim de ciclo profissional e seguramente é um dos últimos Conselhos Municipais que assistirá. Deixou um agradecimento especial a todos os Executivo e, em particular, ao atual, ao Dr. Rui Moreira, como líder deste Executivo, pela abertura que tem tido às questões que têm trazido, algumas delas complexas como a criação da sala de consumo vigiado. Agradeceu também ao Senhor Vereador Fernando Paulo e a Senhora Vereadora Catarina Araújo.

Disse que uma das preocupações que pretende referir prende-se com a sustentabilidade do plano municipal de saúde. Explicou que considera ser estruturante para a Cidade, tem 4 eixos de trabalho, focalizando-se naquele tem mais diretamente tem ramificações com o Conselho Municipal de Segurança, a adição.

Comentou que adição tem dois grupos de trabalho, o grupo 6, que é vocacionado para a promoção e prevenção da doença mental nos jovens que vivem nos territórios de tráfico e consumo e o grupo 7 que tem o compromisso de melhorar as respostas que a saúde tem nesta área.

Constatou que a saúde pública tem recursos muito escassos. Referiu a parceria com a Faculdade de Psicologia, no sentido de poderem intervir nos territórios com profissionais com perfil.

Referiu que o plano municipal de saúde, com a transferência de competências, tem de ir muito para além deste Executivo. Afirmou que garantir a sua sustentabilidade é de extrema importância.

Comentou que no último Conselho falou-se do programa “Troca de Seringas”, da importância em haver maior controlo entre aquilo que se distribui pelas organizações não-governamentais e aquilo que se recolhe. Acrescentou que o Senhor Presidente acabou de falar da tonelagem associada à remoção de recursos associados ao consumo considerando que deveriam diferenciar recursos com risco biológico do grupo 4, os problemáticos, que são contentorizados e serão incinerados, para perceber a dimensão do problema.

Disse que foi um repto da reunião a possibilidade de se criar uma segunda sala de consumo vigiado. Disse que tomou a liberdade de falar com o Dr. Manuel Cardoso do ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, com o qual estudou em Lisboa, sobre a abertura

que teria para um segundo equipamento amovível, noutra território da Cidade que a Autarquia pudesse entender, entre o Cerco e Ramalde.

Referiu que teria que haver um envolvimento da Presidência do Conselho da Área Metropolitana do Porto para se tentar perceber o movimento que a sala de consumo vigiado teve neste seu tempo de funcionamento. Comentou que tem conhecimento de que mais de 30% não pertencem ao concelho.

Sublinhou que tem dificuldades, enquanto cidadã, atravessar o Porto e ver, em património classificado, as pessoas a dormirem na rua e com pertences escassos. Comentou que tem conhecimento que o Senhor Vereador Fernando Paulo tem tido a preocupação e tem debatido recentemente o tema de não-adesão às respostas sociais de alguns cenários.

Afirmou que esta problemática tem uma intrínseca relação entre justiça social e saúde.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, relativamente à sala de consumo assistido, que não entende o que lhe foi dito pelo Subdiretor do ICAD, Manuel Cardoso.

Afirmou que o protocolo que foi feito, em que a Câmara foi parte, previa duas salas de consumo assistido, uma delas conhecida que funciona perto da Pasteleira.

Acrescentou que a Câmara assumiu que iria custear não apenas o centro amovível junto da Pasteleira, como o seu funcionamento durante 1 ano, ao fim desse ano seria feito um diagnóstico e se fosse entendido que a atividade continuaria, seria pago pelo Ministério da Saúde através do ICAD. Comentou que posteriormente a Câmara Municipal do Porto se responsabilizaria por adquirir uma segunda instalação que o ICAD entendia que devia ser móvel; o que a Câmara do Porto fez.

Referiu que terminado o primeiro ano de observação, com resultados considerados positivos pela avaliação externa que foi feita, o Estado começou por se esquecer de contratualizar a continuidade do centro a funcionar e teve de ser a Câmara do Porto a custear e a prolongar durante vários meses o seu funcionamento. Acrescentou que durante esse prazo, tiveram a oportunidade de informar o ICAD de que, na sua ótica, a segunda sala deveria ser amovível, tal como a primeira, tendo inclusivamente indicado o local onde devia ser colocada, no Cerco.

Explicou que a sala deveria ser amovível porque as salas móveis não permitem o consumo de tudo aquilo que é fumantes, por razões óbvias. Disse que o ICAD entendeu que não tinham razão, entendeu que deveria ser uma unidade móvel e assim foi adquirida a unidade móvel. Acrescentou que essa unidade móvel, que está pronta, deveria ser contratualizada a sua operação pelo ICAD mas o ICAD ou o Ministério da Saúde esqueceram-se.

Disse que apenas um terço das pessoas são do Porto, ao contrário do que foi dito; dois terços dos utilizadores da sala de consumo assistido são de fora.

Comentou que o ICAD deveria empenhar-se no sentido de promover, mesmo que outros municípios não o queiram, a instalação de salas de consumo assistido.

Considerou que a situação no Porto é anómala e estão a intervir numa área em que não têm competências.

Disse que o jornal Público fez um longo artigo sobre a matéria onde está plasmada a realidade desta facticidade.

Referiu que a relação que a Câmara do Porto tem tido com o Ministério da Saúde e o ICAD desincentiva todo e qualquer município a inserir-se nisto. Acrescentou que este assunto foi largamente debatido na Assembleia Municipal do Porto, tendo chegado um momento em que decidiu que não esperaria por mais pareceres da Assembleia Municipal e decidiu criar a sala de consumo assistido.

Disse que isto resultou de um encontro que teve com o Dr. João Goulão que o convenceu a avançar.

Afirmou que a questão da unidade móvel é um erro crucial e uma obsessão porque grande parte dos consumos ainda são fumantes.

A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Delfina Antunes

disse que teve o cuidado de ler o artigo e a posição escrita no jornal Público e está perfeitamente alinhada com a posição do Senhor Presidente.

Considerou que se os consumos dominantes são os fumados, utilizar uma unidade móvel que permite simultaneamente dois consumidores, trata-se apenas de demonstrar que se tem aquele tipo de equipamento.

Comentou que poderá haver algum problema comunicacional e continuará a insistir junto do ICAD sobre a retoma da visão que a Autarquia tem para a instalação de um novo equipamento. Agradeceu o esforço e a coragem que tem tido.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que o testemunho é muito importante porque a Senhora Dr.^a Delfina Antunes tem sido uma das pessoas que há vários anos que tem insistido na necessidade de terem esta resposta, que se tem empenhado pessoalmente, tem um conhecimento científico e experiência.

A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Delfina Antunes

disse que se compromete a tentar retirar algum ruído de comunicação entre a saúde e o poder local. Reforçou os seus agradecimentos porque este espaço foi um espaço de muita aprendizagem.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo agradeceu o contributo de grande valor, a entrega, dedicação e verdadeiro serviço público que a Senhora Dr.^a Delfina Antunes, no tempo em que teve o privilégio em trabalhar com ela fez, no que diz respeito às questões da saúde.

Agradeceu também a colaboração no âmbito do programa municipal de saúde da Cidade do Porto e dos grupos de trabalho no âmbito do eixo dos consumos lícito e ilícito.

Disse que os trabalhos têm decorrido com total normalidade.

Comentou que um dos grupos de trabalho está sem coordenadora devido a vicissitudes relacionadas com as alterações orgânicas muito recentes, que impactaram o trabalho que vinha sendo feito, designadamente com a reestruturação orgânica de funcionamento do SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências que passou a ICAD. Referiu que estão ainda num período de indefinição, com o atual Governo que herdou esta alteração orgânica que foi feita mas não foi implementada.

Disse que o Município do Porto continua a fazer o seu trabalho, mesmo no que respeita à resposta que o Senhor Presidente pretende, quer da sala de consumo amovível existente, quer sobre a móvel que está no terreno e que lhe parece, de acordo com o que foi a informação pública, que finalmente haverá condições orçamentais para se proceder à aquisição ou contratação da equipa técnica para o seu funcionamento.

Afirmou que não esquece as questões da saúde mental e até o trabalho de coordenação que fez com outras entidades de outro âmbito, nomeadamente do foro judicial para que, em alguns casos, fosse possível levar a bom-porto algumas situações que tanto afligiam.

O Senhor Vereador Fernando Paulo dirigiu uma palavra de agradecimento à Senhora Dr.^a Delfina Antunes pelo trabalho e dedicação e subscreveu o que foi dito pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vereadora Catarina Araújo.

Considerou que é justo e legítimo dizer que quando muitas das entidades não percebiam nem queriam, a Dr.^a Delfina foi das primeiras a defender uma sala de consumo assistido na Cidade.

Disse que se fala nas pessoas em condição de sem-abrigo como se fosse uma condição primeira mas não se pode deixar de considerar que cerca de 80% das pessoas em situação de sem-abrigo da Cidade se devem essencialmente a situações de doença de toxicodependência e doença de saúde mental.

Comentou que muitas das pessoas que são atiradas para a rua devido à ausência de respostas específicas no âmbito da saúde mental.

Afirmou que é importante, com o novo Governo, que haja uma cooperação interinstitucional entre a saúde, a área social e justiça.

Disse que acaba por haver pressão sobre os mesmos Ministérios, Saúde ou Social e é necessário clarificar esta situação.

Período de Intervenção dos Municípios

- **Timóteo Ramos Pereira;**
- **Cláudia Sofia Brites Leite;**
- **Maria Filomena da Conceição Matias de Carvalho;**
- **Manuel Carvalho Ferreira da Cruz;**
- **Laurinda Dias da Silva;**
- **Luís Jorge Marques dos Santos**
- **Maria Cristiana Ermida Branco Da Ponte Ribeiro da Silva.**

Intervieram os seguintes munícipes:

- **Timóteo Ramos Pereira;**
- **Manuel Carvalho Ferreira da Cruz;**
- **Laurinda Dias da Silva;**
- **Maria Cristiana Ermida Branco Da Ponte Ribeiro da Silva.**

O Senhor Timóteo Pereira disse que está presente devido a um grupo de pessoas composto por 10 elementos que atualmente estão entre os 40 e os 50 e que estão radicados na Avenida da França, junto da estação do Metro e do antigo edifício do Exército.

Comentou que não sabe de onde vêm, quem são, nem o que fazem; sabe que vivem na clandestinidade, movimentando-se no local referido, não têm o menor princípio de cidadania e afetam as pessoas que lá vivem.

Manifestou o seu descontentamento com a presença dessas pessoas que impõem costumes e práticas que nada têm a ver com a cidadania, como a invasão de jardins; se forem chamados à atenção, reagem de uma forma imprópria.

Deixou uma palavra de louvor aos serviços de limpeza da Câmara que têm feito alguma limpeza no local.

Referiu que há uma relação entre causa e efeito e se não conseguem resolver o efeito, têm de resolver a causa pois está a ser causado algum desconforto.

Fez referência à presença de fogos que estas pessoas atacam por várias vezes, tendo o último vez levado à presença dos bombeiros.

Disse que fazem competição com automóveis na via pública, na Rua Professor José Augusto Seabra, que se trata de uma via de cerca de 200 metros.

Afirmou que têm feito alertas às autoridades sobre o assunto e quando esse grupo de pessoas é advertido sobre o que não devem fazer, reagem agressivamente tornando-se donos de tudo.

Deixou claro que o medo está a instaurar-se na localidade e precisam de ser protegidos.

Informou que comunicaram às entidades que têm autoridade sobre a Cidade mas não têm tido a correspondência que desejariam ter para sua própria segurança.

Deixou uma palavra de louvor à Proteção Civil e à Polícia Municipal que têm dado algum apoio mas inconstante, portanto não suficiente.

Perante esta situação, disse que pretendem, do Senhor Presidente e do atual Conselho Municipal de Segurança, uma solução para este assunto.

Referiu que se trata de uma situação dramática que exige uma reflexão e uma ação mais ativa do que aquela que tem sido feita.

Solicitou o entaipamento do edifício mencionado anteriormente e que o grupo de pessoas também mencionadas sejam deslocadas para um local onde possam viver da maneira como querem.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira agradeceu o depoimento do Senhor Timóteo Pereira. Disse que é uma situação que conhecem muito bem e que foi muito bem descrita.

Referiu que tem enviado equipas ao local para fazer a limpeza do espaço público mas a Polícia Municipal também lá tem estado e, no seguimento disso, oficiou ao IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana que é o proprietário daquele edifício.

Comentou que, no âmbito das políticas de habitação, há uns anos o Estado entendeu que haveria edifícios públicos que deveriam ser reabilitados, não pela Câmara Municipal mas pelo IHRU.

Disse que só atualmente é que estão a entrar na Câmara pedidos de licenciamento para transformar o edifício em habitação.

Informou que a Polícia Municipal notificou o Estado da situação decorrente e o IHRU respondeu que, na medida em que salvo melhor opinião, é uma matéria a tratar no âmbito do NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, uma vez que considera que está fora das competências do IHRU, visto que existe ocupação de espaço público. Acrescentou que a denúncia é reencaminhada sem que algo seja feito.

Recordou que quando chegou ao Executivo Municipal, havia um problema nas antigas fábricas em Lordelo do Ouro onde atualmente está o supermercado Mercadona, em que tiveram uma intervenção. Disse que neste caso têm uma dificuldade acrescida devido a isto pertencer ao Estado.

Afirmou que têm feito intervenções com base na insalubridade mas não podem vedar a área.

Referiu que não podem, por Lei, retirar as pessoas contra a própria vontade. Comentou que esta se trata de mais uma tentativa desesperada por parte do IHRU de dizer que esse grupo de pessoas é uma população de sem-abrigo.

Perante esta situação, constatou que podem atuar novamente junto do IHRU esperando que, quem agora é responsável, tenha uma visão diferente.

Comprometeu-se a fazer aquilo que estiver ao seu alcance dentro dos limites da legalidade.

O Senhor Manuel Cruz disse que reside na Avenida de França, no bloco de apartamentos há 2 anos, sendo que há 2 anos que este problema avança ou recua. Acrescentou que atualmente verifica-se um crescimento exponencial e há um conflito direto entre a população residente e esta população que representa uma minoria étnica, uma comunidade mas que tem uma fronteira muito ténue entre aquilo que é uma comunidade, com os seus costumes, e uma organização criminosa. Comentou que se está a falar de uma organização que vive da mendigagem, do roubo, do tráfico que já foi presenciado. Mencionou que há 2 semanas ficou incrédulo ao assistir a prostituição. Acrescentou que se trata de prostituição à porta de casa, feita pelos elementos femininos.

Constatou que teve, há 2 dias, a visita da PSP a sua casa porque registou uma queixa em que, juntamente com o seu filho de 7 meses foram ameaçados diretamente por um dos membros.

Informou que a única coisa que fez foi advertir a pessoa em questão para não colocar entulho no seu jardim. Acrescentou que os jardins estão devidamente cercados, devidamente identificados como propriedade privada, inclusivamente têm placas de identificação.

Disse que são obrigados a colocar o entulho da via pública para que os serviços da Câmara possam fazer a devida recolha.

Sublinhou que há uma fronteira ténue entre inclusão e implosão.

Informou que já teve duas cartas respondidas pelo Senhor Comandante da Polícia Municipal em que era dito que estavam a tomar diligências.

Afirmou que sendo cidadãos da União Europeia, essas pessoas têm a obrigação de, ao fim de 3 meses, estar devidamente registados em território nacional, com autorização de residência.

Referiu que toda esta situação alarga-se para além da Avenida de França, passando pela Rua Capitão Henrique Galvão e no viaduto que está impedido pelas obras do Metro. Acrescentou que as obras do Metro têm sido uma grande condicionante à ação e limpeza da área, sendo que são lesados pelas obras pois têm danos irreparáveis estruturais nas suas habitações.

O Senhor Comandante da Polícia Municipal, António Manuel Leitão da Silva disse que conhece o problema desde o seu início, desde 2017. Referiu que não se trata de um problema recente de localização desta comunidade, mas sim de uma comunidade que inicialmente estava nos terrenos da IP – Infraestruturas de Portugal, dentro da Estação da Boavista e que, posteriormente, fruto da intervenção do Metro, passou para a Casa da Música.

Comentou que parte da solução, não prometendo uma solução absoluta, é utilizar a disponibilidade que tiveram de vir ao Conselho Municipal de Segurança e terem uma reunião ao seu nível de comando, para perceber algumas das dinâmicas, por exemplo, dos carros mencionados, das corridas, porque há muitas matérias diferentes.

Afirmou que sabe que a PSP fez há 1 semana uma intervenção sobre as viaturas que lá estavam. Acrescentou que essa situação está identificada em mais dois locais da Cidade, perto da Avenida de França e numa outra localização geográfica distinta.

Considerou que este assunto, pela sua complexidade, pelo seu impacto na tranquilidade e qualidade de vida das pessoas que lá moram e que justamente merecem descanso, merece também, do ponto de vista policial, uma atenção redobrada.

Disse que se estão a disponibilizar para que essa reunião aconteça num breve prazo.

Referiu que têm um parque de estacionamento e uma zona que está em vias de ser resolvida por causa das construções existentes e também a área já mencionada que é a pior.

O Senhor Timóteo Pereira disse que há duas situações distintas: a presença na ocupação do edifício e as transgressões sucessivas em via pública. Referiu que existe uma inoperância.

Afirmou que a ausência da polícia no local em questão, considerando que deveria passar com alguma assiduidade, faz com que esse grupo de pessoas atuem como têm atuado.

Considerou que esse grupo de pessoas estão a atropelar os direitos das outras pessoas.

A Senhora D. Laurinda Silva disse que tem 78 anos e há algumas atividades culturais das quais gosta muito mas tem receio de sair de casa ou entrar em casa porque é constantemente ameaçada. Solicitou que fossem tomadas posições.

O Senhor Luís Santos disse que uma senhora, que está presente na reunião, tem duas netas é vítima de ameaças por parte de pessoas desse grupo. Referiu que no terceiro prédio habita um senhor que passeia com o seu neto e também é vítima de ameaças, o que leva ao pânico destas pessoas.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que vão mandar fechar o edifício, dando ordem à Proteção Civil para o fazer.

Afirmou que irá invocar o estado de necessidade para que o local seja isolado até que o IHRU lá queira fazer obras. Acrescentou que terá de ser revista a questão do viaduto devido às obras do Metro.

A Senhora D. Maria Cristiana Silva disse que não é moradora na Avenida da França, está presente em representação do Hotel ABC Porto Boavista, localizado nessa zona.

Comentou que esta situação está a trazer determinadas consequências.

Referiu que se verificaram situações não só com clientes estrangeiros e nacionais mas também com os próprios trabalhadores.

Constatou que não se tratam de pessoas sem-abrigo, são pessoas com uma rotina muito específica.

Afirmou que essas pessoas entram no hotel, exigem acesso às casas de banho e ameaçam os funcionários. Acrescentou que tiveram de passar a fechar as salas de acesso aos pequenos-almoços porque foram furtados.

Mencionou que duas jovens estrangeiras chegaram ao hotel, às 2 horas da manhã em pânico porque foram abordadas por estas pessoas, sofrendo assédio.

Disse que teme que esta situação venha a ter consequências.

Referiu que vê se há pessoas a circular no passeio porque já tem medo.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz disse que já esteve no local, conhece a situação e tem reunido com os senhores dos condomínios. Acrescentou que têm trocado emails em relação às situações que sucedem, que tem feito chegar aos serviços competentes.

Afirmou que da sua parte, dentro das suas competências, tem articulado com as forças de segurança e com a Câmara Municipal do Porto numa tentativa de resolver o problema.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que irá vedar o edifício por fora, medida que tomarão imediatamente. Referiu que haverão reuniões com a polícia, vão avaliar a questão do viaduto que são condicionadas pelas obras intermináveis do Metro.

Comentou que a permanência indefinido de tapumes e limitações, nomeadamente à circulação pedonal, contribui para fenómenos de insegurança desta natureza.

Disse que os constrangimentos que são causados por obras de muito longa duração fazem-se sentir não apenas no comércio e circulação de veículos mas também com este problema debatido.

Mencionou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal preside a Comissão de Acompanhamento.

Afirmou que a Câmara Municipal do Porto juntamente com todas as forças políticas estão a pressionar a Metro do Porto para rapidamente responder às necessidades de normalização do espaço público.

A Senhora D. Maria Cristiana Silva considerou que pode não estar relacionado com as obras. Afirmou que o problema encontra-se neste grupo de pessoas.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que pretendem uma sociedade em que os cidadãos se comportem em conformidade com a liberdade dos outros. Referiu que não podem limitar liberdades, não podem interferir com usos e costumes.

Agradeceu a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



(Rui Moreira)

Anexo I

Lista de Presenças



Conselho Municipal de Segurança

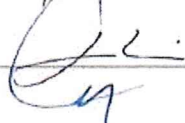
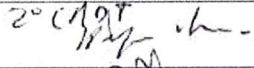
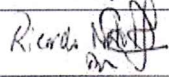
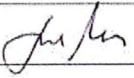
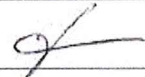
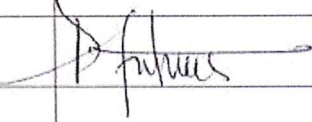
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)

Reunião de 12/07/2024

Lista de Presenças

Página 1 de 3

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho Araújo Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Sebastião Feyo de Azevedo	
Pelouro da Educação e Pelouro da Coesão Social	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa	
Pelouro da Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e Desporto; Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos e Proteção Civil	Ana Catarina da Rocha Araújo	
Junta de Freguesia do Bonfim	João Aguiar	
Junta de Freguesia de Campanhã	Álvaro Ferreira	
Junta de Freguesia de Paranhos	Teresa Mota	
Junta de Freguesia de Ramalde	Luís Assunção	
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Tiago Mayan Gonçalves	
União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Nuno Cruz	
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Sofia Maia	
Ministério Público	Maria Teresa Castro Soares Tomé	

Polícia Judiciária do Porto	Manuel Santos	
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Maria dos Anjos Pereira	
GNR – Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto	Manuel Carlos Afonso	
Serviço Municipal de Proteção Civil	Luís Moutinho	
Polícia Municipal do Porto	António Manuel Leitão da Silva	
Bombeiros Voluntários do Porto	Luís Silva	
Regimento de Sapadores Bombeiros	Ricardo Pereira	
União Distrital das Instituições Privadas de Solidariedade Social	José Lopes Batista	
Associação Empresarial de Portugal	Gonçalo Lencastre Medeiros	
Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
Associação de Comerciantes do Porto	Rubens Carvalho	
DGEsTE - DSRN	Hália Grancho	
Administração Regional de Saúde do Norte, IP.	Delfina Antunes	
Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP	Conceição Reis	
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género	Nuno Gradim	
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Ana Castro Sousa	

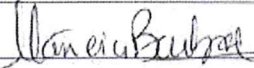
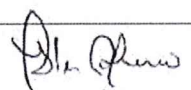
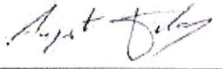
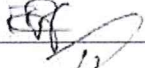
**Conselho Municipal de Segurança**

(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)

Reunião de 12/07/2024

Lista de Presenças

Página 3 de 3

CPCJ de Porto Central	Lurdes Graves	
CPCJ de Porto Oriental	Márcia Barbosa	
CPCJ de Porto Ocidental	José Pedro Domingues	
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta	Ilda Maria Rodrigues Afonso / Raquel Rodrigues Teles	
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Augusto Torbay	
IMT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes	Jorge Cardoso	
IFR – Instituto de Investigação e Formação Rodoviária	Ronaldo Otero	